



Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
CNPJ: 00.091.652/0001-89

Demonstrações Contábeis Intermediárias

3º Trimestre de 2025

ATIVO

		2025	2024
	Nota Explicativa		
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	35.271	29.305
Créditos a Receber	5	55	0
Tributos a Recuperar	6	7.325	7.285
Adiantamentos para Despesas	7	7.521	7.680
Adiantamentos para Convênios e TEDs	8	22.208	21.736
Créditos a compensar de Convênios e TEDs	9	129.878	101.791
Outros Créditos	10	720	103
Total do Ativo Circulante		202.978	167.900

NÃO CIRCULANTE

Realizável a Longo Prazo	11	12.001	11.135
Investimentos	12	5	5
Imobilizado	13	141.431	131.063
Intangível	14	236	236
Total do Ativo não Circulante		153.673	142.439

TOTAL DO ATIVO		356.651	310.339
-----------------------	--	----------------	----------------

* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

<u>PASSIVO</u>		2025	2024
	<u>Nota Explicativa</u>		
CIRCULANTE			
Fornecedores e Contas a Pagar	15	10.201	7.252
Tributos e Encargos Sociais a Pagar	16	19.795	20.911
Obrigações Tributárias a Recolher - Retenções	17	11.846	11.516
Férias e 13o.salário a Pagar	18	83.087	56.460
Provisão para Contingências	19	2.834	3.897
Contas e Despesas a Pagar	20	24.568	22.802
Convênios com Entidades Diversas	21	2.113	5.715
Transferências Financeiras a Comprovar	22	129.878	101.791
Credores Diversos	23	1.739	1.585
Total do Passivo Circulante		286.061	231.929
 NÃO CIRCULANTE			
Tributos e Encargos Sociais a Pagar	15	6.285	7.592
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital- AFAC	24	56.990	43.761
Bens recebidos em Comodato	24	1.274	1.274
Total do Passivo não Circulante		64.549	52.627
 PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	25	30.148	30.148
Reservas de Reavaliação	26	19.945	20.085
Resultado Acumulado	27	(44.052)	(24.450)
Total do Patrimônio Líquido		6.041	25.783
 TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		356.651	310.339

*** As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias.**

		01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
	<u>Nota Explicativa</u>				
Receita Líquida de Serviços	28	3.423	2.024	2.803	1.060
Custo dos Serviços Prestados	29	(241)	(978)	(152)	(354)
Lucro Bruto		3.182	1.046	2.651	706
Despesas Administrativas e Gerais	30	(497.589)	(499.787)	(185.159)	(180.912)
Pessoal	30.1	(409.977)	(409.716)	(150.402)	(145.956)
Depreciação e Amortização		(11.082)	(9.629)	(3.960)	(3.310)
Serviços tomados	30.2	(72.166)	(73.855)	(29.848)	(29.208)
Consumo de materiais		(4.253)	(6.392)	(1.266)	(2.343)
Provisões para contingências		1.063	(90)	1.063	(90)
Tributárias		(1.174)	(105)	(746)	(5)
Outras receitas (despesas) operacionais		480.834	489.248	157.874	175.752
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	31	494.261	488.123	166.196	176.561
Outras receitas (despesas) líquidas		(13.427)	1.125	(8.322)	(809)
Resultado antes das Receitas e Despesas financeiras		(13.573)	(9.493)	(24.634)	(4.454)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	32	(5.336)	(3.210)	(2.297)	(1.236)
Receitas Financeiras		476	371	112	90
Despesas Financeiras		(5.812)	(3.581)	(2.409)	(1.326)
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	33	(18.909)	(12.703)	(26.931)	(5.690)
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social		(833)	-	(210)	
Resultado Líquido do Período	34	(19.742)	(12.703)	(27.141)	(5.690)
Resultado Líquido por Ação		(6,70)	(4,31)	(9,21)	(1,93)

* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e nove meses findos em 30 de setembro de 2024.

Em milhares de reais - R\$

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Resultado Acumulado</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
SALDOS EM 31/12/2023	30.148	-	20.271	(6.869)	43.550
Resultado do Período	-	-	-	(12.703)	(12.703)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(140)	140	-
Ajustes de Exercício Anteriores	-	-	-	(1.274)	(1.274)
SALDOS EM 30/09/2024	30.148	-	20.131	(20.706)	29.573
SALDOS EM 31/12/2024	30.148	-	20.085	(24.450)	25.783
Resultado do Período	-	-	-	(19.742)	(19.742)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(140)	140	-
SALDOS EM 30/09/2025	30.148	-	19.945	(44.052)	6.041

* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

**Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Demonstração dos Fluxos de Caixa**
Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e nove meses findos em 30 de setembro de 2024.
Em milhares de reais - R\$

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Período	(19.742)	(12.703)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e Amortização	11.082	9.629
Juros e Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo	(476)	(371)
Ajustes de Exercícios Anteriores		(1.274)
Provisão para Perdas Crédito Realizáveis Longo Prazo - PCLD	149	108
Provisão de Contingências	(1.063)	90
Subvenção para Custeio	(494.261)	(488.123)
	(504.311)	(492.644)
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS		
Créditos a receber	(55)	(38)
Estoques	-	-
Tributos a recuperar	(40)	(1.502)
Adiantamentos para despesas	159	(3.763)
Depósitos Judiciais e para Recursos	(538)	356
Outros Ativos	(29.177)	28.032
	(29.651)	23.085
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS		
Fornecedores	2.949	1.457
Obrigações Tributárias	7.040	7.188
Salários e Encargos	26.626	19.550
Contas e Despesas a Pagar	(7.366)	(6.287)
Outros Passivos	24.639	(14.630)
	53.888	7.278
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(480.074)	(462.281)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição do Imobilizado	(68.465)	(227.654)
Baixa de Imobilizado	47.015	209.089
Aquisição de Intangível	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(21.450)	(18.565)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Subvenção para Custeio	494.261	488.123
AFAC	13.229	8.807
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	507.490	496.930
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.966	16.084
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	29.305	21.088
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	35.271	37.172
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.966	16.084

* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

Demonstração do Valor Adicionado

Para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e nove meses findos em 30 de setembro de 2024.

Em milhares de reais - R\$

	2025	2024
RECEITAS	3.458	2.116
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	3.458	2.116
Outras receitas	0	0
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(88.327)	(79.476)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(241)	(978)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(75.722)	(79.533)
Perda/Recuperação de valores ativos		
Outras(Provisões, Reversões e Resultado com Ações Judiciais)	(12.364)	1.035
VALOR ADICIONADO BRUTO	(84.869)	(77.360)
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(11.082)	(9.629)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(95.951)	(86.989)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	494.737	488.494
Receitas financeiras	476	371
Recursos Financeiros da União	494.261	488.123
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	398.786	401.505
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	398.786	401.505
Pessoal	346.030	341.446
Remuneração direta	278.845	271.797
Benefícios	47.904	47.415
FGTS	19.281	22.234
Impostos, taxas e contribuições	65.989	68.465
Federais	65.861	68.270
Estaduais	25	26
Municipais	103	169
Remuneração de capitais de terceiros	6.509	4.297
Juros	5.812	3.581
Aluguéis	697	716
Remuneração de capitais próprios	(19.742)	(12.703)
Lucros retidos/Prejuízo do exercício - Atribuível aos Acionistas	(19.150)	(12.322)
Controladores		
Lucros retidos/Prejuízo do exercício - Atribuível aos Acionistas não	(592)	(381)
Controladores		

* As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Intermediárias.

	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024
<i>Nota Explicativa</i>				
Resultado Líquido do Período	(19.742)	(12.703)	(27.141)	(5.690)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	(1.274)	-	-
Realização da Reserva de Reavaliação	140	140	47	47
Outros Resultados Abrangentes	140	(1.134)	47	47
Resultado Abrangente Total	(19.602)	(13.837)	(27.094)	(5.643)
Parcela da Controladora	(19.013)	(13.421)	(26.281)	(5.473)
Parcela dos Não Controladores	(589)	(416)	(813)	(170)

* As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras Intermediárias.

1. Contexto Operacional

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, doravante denominada CPRM ou “Companhia”, é uma Sociedade por Ações, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, sob controle da União. Sua atuação é regida pelas normas de direito privado e pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), pela Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Estatuto Jurídico das Estatais), e por seu Estatuto Social.

A Companhia tem por objeto social as atribuições de **Serviço Geológico Do Brasil**, em especial:

I - Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, bem como participar do planejamento, da coordenação e execução dos serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional, incluindo a Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes;

II - Gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável do Brasil;

III - Estimular a prospecção e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

IV - Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;

V - Elaborar sistemas de informação, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível à sociedade brasileira;

VI - Colaborar em projetos de preservação ambiental em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;

VII - Realizar pesquisas, estudos e mapeamentos relacionados aos fenômenos naturais e induzidos, como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à paleontologia e à geologia marinha; e

VIII - Prestar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

As atividades exercidas pela CPRM, constantes em seu objeto social, visam sempre o interesse público que motivou sua criação, promovendo a geração e difusão do conhecimento científico com excelência. Suas atribuições abrangem a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão dessas informações para o desenvolvimento do país.

A CPRM tem sede e foro na cidade de Brasília – DF, onde está situada sua Diretoria, possui Escritório no Rio de Janeiro, onde se localizam todos os departamentos de controle técnico, administrativo e financeiros da Companhia.

Para garantir sua atuação em todo o território nacional, a CPRM conta ainda com as seguintes unidades regionais:

SIGLA	NOME	LOCALIZAÇÃO
SUREG/BE	Superintendência de Belém	Belém – PA
SUREG/BH	Superintendência de Belo Horizonte	Belo Horizonte – MG
SUREG/GO	Superintendência de Goiânia	Goiânia – GO
SUREG/MA	Superintendência de Manaus	Manaus – Amazonas
SUREG/PA	Superintendência de Porto Alegre	Porto Alegre – RS
SUREG/SA	Superintendência de Salvador	Salvador – BA
SUREG/RE	Superintendência de Recife	Recife-PE
SUREG/SP	Superintendência de São Paulo	São Paulo – SP
REFO	Residência de Fortaleza	Fortaleza – CE
REPO	Residência de Porto Velho	Porto Velho – RO
RETE	Residência de Teresina	Teresina – PI

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Além disso, seguem as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia registra suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), na modalidade total, sendo os Balanços de Unidades Gestoras consolidados no Órgão 29208 – Gestão 29208. Sua escrituração é mantida em registros permanentes, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da CPRM é o real brasileiro (R\$), que corresponde à moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

A moeda funcional é definida como aquela do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera, sendo utilizada para a mensuração de seus elementos patrimoniais e de resultado. A escolha da moeda funcional considera fatores como a moeda que mais

influencia a receita de bens e serviços e a moeda na qual os custos operacionais e financiamentos são denominados.

2.3. Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração aplicou julgamentos, estimativas e premissas que impactam a adoção das políticas contábeis e a mensuração dos ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas baseiam-se na experiência histórica, nas melhores informações disponíveis na data do balanço e em fatores relevantes, incluindo expectativas sobre eventos futuros. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Administração revisa continuamente suas estimativas e julgamentos para refletirem adequadamente a realidade econômico-financeira da Companhia.

As principais estimativas incluem:

- a) Valor recuperável de ativos;
- b) Vida útil e valores residuais de ativos imobilizados e intangíveis;
- c) Perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- d) Passivos contingentes e provisões judiciais;
- e) Provisão para tributos sobre lucros;
- f) Provisões para 13º salário e férias.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. O custo histórico representa o valor original pelo qual os ativos e passivos são reconhecidos no Balanço Patrimonial.

2.5. Critérios de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos são classificados e apresentados em ordem decrescente de liquidez, iniciando pelos itens de maior facilidade de conversão em caixa. Os passivos, por sua vez, são organizados em ordem decrescente de prioridade de pagamento, de modo a evidenciar as obrigações de curto e longo prazo.

Os saldos dos elementos patrimoniais (ativos, passivos e patrimônio líquido) são apresentados comparativamente entre o saldo acumulado no período intermediário corrente e o saldo final do exercício anterior. A demonstração do resultado é apresentada de forma comparativa, abrangendo o período intermediário corrente e acumulado no exercício social corrente, comparadas com demonstrações dos períodos intermediários do exercício

social anterior (corrente e acumulado no ano). A demonstração dos fluxos de caixa e a demonstração das mutações do patrimônio líquido são apresentadas acumuladas no exercício corrente, com a respectiva demonstração acumulada no exercício anterior.

3. Resumo das principais políticas contábeis

3.1. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, em conformidade com as exigências da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas alterações, bem como regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A Companhia segue revisando suas políticas contábeis para assegurar conformidade com os regulamentos aplicáveis e aprimorar a transparência de suas informações financeiras.

3.2. Reconhecimento de Receitas

A receita é reconhecida quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada um dos elementos a seguir:

- Receitas de subvenção do Tesouro Nacional para custeio de despesas:

Recebimento de dotações orçamentárias para custeio das atribuições institucionais da Companhia, folha de pagamento de pessoal e encargos, dívidas, demandas judiciais e despesas de capital, devendo atender aos requisitos da Lei 4.320/64, no que concerne à execução orçamentária e financeira.

- Receitas de prestação de serviços:

Realização de análise oficial da água das fontes (estudos *in loco*) de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários, bem como à pesquisa, lavra e reavaliação de reserva. A Receita Líquida de Serviços é apurada pela dedução dos tributos incidentes sobre a Receita Bruta de Serviços, provenientes da atividade-fim da Companhia, conforme a legislação tributária específica.

3.3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os recursos financeiros liberados pelo Tesouro Nacional para o pagamento de despesas do exercício corrente e de exercícios anteriores (restos a pagar), bem como os recursos financeiros provenientes de Convênios e TEDs e recebidos via Guia de Recolhimento da União (GRU) ou decorrentes do cancelamento de ordens bancárias, que estão pendentes de regularização.

São registrados pelo valor nominal e movimentadas conforme as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em especial a Macrofunção nº 020303 – Programação e Execução Financeira e a Macrofunção nº 020305 – Conta Única do Tesouro Nacional, com exceção dos saldos recebidos de convênios ainda não utilizados, que são atualizados conforme dispõe o §4º, art. 10º do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

A programação da execução financeira é realizada de forma a compatibilizar a liberação dos recursos com a disponibilidade de caixa do Tesouro Nacional, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA).

3.4. Contas a Receber e Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa

Os valores a receber são registrados pelo valor de realização e ajustados, quando necessário, por estimativas de perdas com créditos de liquidação duvidosa, baseada em análise histórica de perdas e avaliação da administração sobre os riscos associados à inadimplência.

3.5. Estoques

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido realizável. O custo inclui despesas com frete e armazenagem e exclui os tributos recuperáveis.

3.6. Adiantamento para convênios e TEDs

Os recursos adiantados pela CPRM a outras entidades, com a finalidade de execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco e em regime de mútua colaboração, são registrados como ativo circulante, representando um direito que será baixado assim que a Companhia aprovar a prestação de contas. Para descentralizar créditos destinados a órgãos e entidades da administração pública federal que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, é necessário celebrar um Termo de Execução Descentralizada (TED), conforme o Decreto nº 10.426/2020. Já a transferência de recursos para entidades que não integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social deve ser realizada por meio da celebração de um Convênio, conforme o Decreto nº 11.531/2023.

3.7. Realizável a Longo Prazo

Representam os ativos que podem ser convertidos em dinheiro, cujo período de realização é superior a um ano. Nele estão incluídos os Financiamentos Concedidos, sob o título de Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais, que evidenciam os valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, conforme recursos dos programas de incentivo do governo federal da época.

Também são registrados Outros Créditos, tais como contratos de Cessão de Direitos Minerais, Depósitos Judiciais e Depósitos para Recursos.

Os itens são demonstrados conforme valores históricos, corrigidos com juros e correção monetária e norteados por contratos específicos, além dos registros ajustando as possíveis perdas.

3.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumulada (calculada pelo método linear, com taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 – RIR/2018) e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os valores registrados em Imobilizações em Curso incluem gastos com materiais, mão de obra direta e indireta e outros custos relacionados a obras em andamento, além de importações de bens móveis ainda não concluídas e bens móveis que ainda não estão aptos para uso ou que ainda não foram registrados no controle patrimonial. Quando concluídas, essas imobilizações serão destinadas à expansão e/ou manutenção das atividades da empresa e reclassificadas para as contas específicas no imobilizado.

Os montantes pelos quais os bens patrimoniais estão reconhecidos após a dedução da depreciação acumulada, asseguram que os registros contábeis não excedem seus valores de recuperação, não sendo necessário qualquer ajuste.

As estimativas de vida útil e valor residual, assim como as respectivas taxas de depreciação dos ativos da CPRM, estão apresentadas no quadro a seguir:

Bens do ativo imobilizado	Estimativa de vida útil ¹	Taxa de depreciação	Valor residual
Máquinas, equipamentos, móveis e utensílios em geral	Dez anos	10% a.a.	10%
Aparelhos de medição e orientação e equipamento utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalar	Quinze anos	6,67% a.a.	20%
Aparelhos e equipamentos de comunicação	Dez anos	10% a.a.	20%
Máquinas de natureza industrial	Vinte anos	5% a.a.	10%
Máquinas e equipamentos gráficos	Quinze anos	6,67% a.a.	10%
Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	Cinco anos	20% a.a.	10%
Equipamentos, peças e acessórios marítimos	Quinze anos	6,67% a.a.	10%
Equipamentos de processamento de dados	Cinco anos	20% a.a.	20%
Documentação, objetos de arte e peças para exposição	N/a	N/a	N/a
Veículos	Quinze anos	6.67% a.a.	30%
Embarcações	Vinte anos	5% a.a.	30%
Imóveis	Cinquenta anos	2% a.a.	Valor do terreno + 20% das edificações
Instalações	Dez anos	10% a.a.	N/a
Terrenos	N/a	N/a	Valor do terreno

¹ Relatório e Laudo Técnico de Avaliação Patrimonial (Processo SEI nº 48086.001612/2021-86)

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados pelo custo de aquisição e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, com exceção dos intangíveis cuja vida útil é indefinida que não são amortizados. Todos os intangíveis estão sujeitos a teste de recuperabilidade quando há indicação de desvalorização.

3.10. Benefícios a Empregados

Os benefícios concedidos aos empregados, tais como férias, 13º salário e encargos sociais, são reconhecidos conforme o regime de competência.

A Companhia registra as férias e o 13º salário, com base nos direitos adquiridos por seus empregados até a data do balanço, na proporção mensal de 1/12 (um doze avos) sobre a folha de pagamento.

O saldo de 13º salário a pagar é baixado ao final do exercício.

3.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São registrados no momento do fato gerador e em conformidade com o regime de competência, em conformidade com os procedimentos descritos na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelas liquidações de despesas executadas no SIAFI.

3.12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são passivos de prazo ou de valor incerto, e as políticas contábeis para registro e divulgação de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes estão em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e levam em consideração os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis, conforme descrito a seguir:

- I- Ativos Contingentes: são divulgados em nota explicativa quando há probabilidade, mas não há certeza, de entrada de recursos econômicos. Caso a entrada de recursos econômicos não seja provável, nenhuma divulgação é exigida;
- II- Provisões: são reconhecidas nas demonstrações financeiras e divulgadas em notas explicativas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos puderem ser mensuráveis com suficiente segurança, sendo atualizados até a data do balanço.

- III- Passivos contingentes: são apenas divulgados em nota explicativa quando avaliados como perdas possíveis. Os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

3.13. Tributos sobre o Lucro

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, que são apurados pelo regime do Lucro Real.

Enquanto não transita em julgado a ação sobre o reconhecimento da imunidade recíproca (vide nota 16.1 e item “a” da nota 38) e com base no princípio da prudência, a Companhia reconhece no passivo o valor do imposto de renda quando apura lucro fiscal.

3.14. Reserva de reavaliação

As reservas de reavaliação foram constituídas antes do advento da Lei nº 11.638/2007, com base nas regras do Sistema Público de Gerenciamento dos Imóveis do Governo Federal (SPIUnet) e em norma específica. Os saldos remanescentes são transferidos para prejuízos acumulados à medida que os imóveis reavaliados são realizados por meio da depreciação.

A Companhia realizou parte dos valores registrados como Reservas de Reavaliação de seus imóveis de uso especial localizados nas Unidades Regionais do Rio de Janeiro e Goiânia, conforme lançamentos históricos e compulsórios feitos pelo SPIUnet, com exceção dos valores dos terrenos que não são depreciables.

O prazo máximo estimado para a realização total da Reserva de Reavaliação do imóvel no ERJ é de 4 anos e 4 meses e, para o imóvel de GO, é de 31 anos, considerando os ajustes de vida útil e valor residual recomendados pelo Laudo de Avaliação Patrimonial.

3.15. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi elaborada com base no método indireto, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, parte integrante das práticas contábeis adotadas no Brasil e das normas internacionais de contabilidade (IFRS), em consonância com os princípios estabelecidos pelo CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Nesse método, o fluxo de caixa das atividades operacionais é apresentado a partir do lucro ou prejuízo líquido do exercício, ajustado pelos efeitos de:

- a) transações que não envolvem caixa;
- b) variações nos ativos e passivos operacionais; e
- c) outros itens cujo efeito no caixa esteja relacionado às atividades de investimento ou financiamento.

A Companhia reconheceu o recebimento de recursos a título de **subvenção governamental de custeio**, os quais foram originalmente registrados como receita operacional na Demonstração do Resultado.

Entretanto, para efeitos de apresentação na Demonstração dos Fluxos de Caixa, tais valores foram reclassificados das atividades operacionais para as **atividades de financiamento**, considerando:

- a) a natureza dos recursos recebidos;
- b) sua função de financiamento das operações da entidade;
- c) o fato de não estarem vinculados a contrapartidas diretas e imediatas em produtos ou serviços entregues no exercício;
- d) e sua característica recorrente de suprimento de capital.

Além disso, na conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa das atividades operacionais, foi realizado **ajuste de dedução** do montante recebido, de modo a eliminar o seu impacto sobre o resultado do exercício e evitar dupla contagem do ingresso de caixa.

Essa reclassificação tem como objetivo refletir de forma mais fiel os fluxos de caixa efetivos da Companhia e os recursos utilizados para o financiamento de suas atividades, em linha com os princípios de apresentação apropriada e comparabilidade exigidos pelas normas contábeis aplicáveis.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos estão identificados por fontes e vinculações oriundas: (i) do Tesouro Nacional; (ii) de convênios e TEDs; (iii) de recursos próprios; e (iv) recursos a classificar.

	09/2025	12/2024
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	26.920	22.831
Recursos recebidos de convênios e TEDs	2.031	4.135
Recursos próprios	5.880	2.078
Recursos a classificar	440	261
Total	35.271	29.305

5. Créditos a receber

Os valores registrados em créditos a receber são referentes ao ressarcimento das despesas com cessão de empregados a outros órgãos e/ou entes federativos vencíveis em até 30 dias.

	09/2025	12/2024
Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB)	55	0
Total	55	0

6. Tributos a recuperar

Os créditos tributários incluem COFINS e PIS/PASEP, apurados conforme a Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD – Contribuições), e créditos de INSS, calculados retrospectivamente com base na DCTFWeb de períodos anteriores.

Além disso, são contabilizadas as retenções de tributos federais efetuadas por clientes originadas da prestação de serviços.

Os créditos de PIS/PASEP e COFINS são utilizados para reduzir o valor das contribuições incidentes sobre o faturamento, enquanto os créditos de INSS podem ser compensados com outros tributos federais devidos, quando aplicável.

	09/2025	12/2024
INSS a Compensar	5.752	5.864
COFINS a Recuperar/Compensar	1.276	1.151
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	277	250
IRPJ/CSLL a Recuperar/Compensar	20	20
Total	7.325	7.285

7. Adiantamentos para despesas

Os adiantamentos para viagens, suprimento de fundos e para despesas em nome da Companhia são valores disponibilizados aos empregados para a realização de despesas que, por sua natureza não podem seguir os ritos convencionais de execução orçamentária. Essas despesas estão vinculadas às atividades finalísticas e administrativas e são disciplinadas por normativos internos, e sendo submetidas ao escrutínio da Auditoria Interna da Companhia.

Cada adiantamento recebe um número de controle gerado pelo SEI, que é associado ao CPF do respectivo beneficiário. Enquanto estiver pendente, os valores permanecem registrados no Ativo como um direito a receber. Quando o empregado entrega a prestação de contas, ocorre a reclassificação das despesas, a baixa de responsabilidade e a contabilização dos recebimentos das GRU referentes às devoluções.

Conforme a Macrofunção SIAFI 021142 – Folha de Pagamento, ao final de cada mês, é realizado o confronto entre as contas de Adiantamento de 13º Salário (Ativo) e 13º Salário a pagar (Passivo), garantindo que não haja superavaliação de saldos de adiantamentos e passivos relacionados ao 13º salário.

	09/2025	12/2024
Adiantamento de Férias	805	1.002
Adiantamento para Viagens	4.866	3.313
Suprimento de Fundos	219	327
Adiantamento para despesas em nome da Companhia	1.631	3.038
Total	7.521	7.680

As variações dos saldos de adiantamentos para atendimento das operações da Companhia (viagens, suprimento de fundos e despesas em nome da Companhia) explicam-se pelo incremento de atividades neste exercício em comparação ao final do exercício anterior.

8. Adiantamentos para Convênios e TEDs

Nesta conta, são registrados os valores adiantados para execução de convênios e termos de execução descentralizada, nos quais a Companhia é responsável pelo repasse dos recursos financeiros.

	09/2025	12/2024
Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro Vigência 11/2009 a 11/2013 Objeto: Mapeamento geológico e dos recursos minerais de uma área de cerca de 3.000 km ² , da Folha Itaboraí (SF-23-Z-B002DV), situada na região da Baixada Litorânea e parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Obs.: Vencido. O reconhecimento da dívida está sendo solicitado judicialmente, mediante processo ingressado em 2024.	160	160
Diretoria de Finanças da Marinha Vigência: 18/12/2019 a 23/12/2022 – Prorrogado: 23/12/2023 TED 36/CPRM/2019 – ED 699113 Objeto: Manutenção Anual do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira" e de seu parque de equipamentos científicos, bem como seu uso para a realização de levantamentos marinhos, necessários para cumprir objetivos dos projetos de exploração marinha da CPRM, nos programas Remplac e Proarea. Obs.: Encerrado. Prestação de contas aprovadas.	0	2.000
Diretoria de Finanças da Marinha Vigência: 11/2020 a 11/2022 TED 1AACJI Objeto: Manutenção anual do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira" e de seu parque de equipamentos científicos, bem como seu uso para a realização de levantamentos marinhos, necessários para cumprir objetivos dos projetos de exploração marinha da CPRM, nos programas Remplac e Proarea. TED nº016/CPRM/2020(1AADB N) Obs.: Encerrado. Prestação de contas aprovadas.	0	1.689

<p>Universidade Federal do Rio Grande do Sul Vigência: 05/11/2021 a 05/11/2024 TED 1AAFYZ Objeto: Elaboração de estudos técnicos para análise e avaliação da eficácia, em relação a melhoria da qualidade dos recursos hídricos, das obras de recuperação ambiental das áreas degradadas pela mineração do carvão pertencentes ao passivo ambiental da extinta Carbonífera Treviso S/A, sob responsabilidade da União, nos termos da Ação Civil Pública Nº 93.8000533-4. Neste Termo de Execução Descentralizada estão incluídas as áreas de Beluno, com 42,2 hectares, Ex-Patrimônio, com 26,0 hectares, e Rio Pio, com 117,81 hectares, localizadas nos municípios de Treviso e Siderópolis, SC. Obs.: Encerrado. Prestação de contas aprovadas.</p>	0	1.104
<p>Universidade Federal de Lavras Vigência: 04/10/2021 a 04/10/2024 TED 1AAFZT Objeto: Execução de projeto de pesquisa, capacitação, ciência de dados e inovação para a implementação de novas tecnologias voltadas para geologia e recursos minerais, gestão territorial, hidrologia e hidrogeologia, conforme estabelecido no inciso II, do Art.3º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020. Obs.: Em andamento. Vigência prorrogada para 04/10/2026.</p>	7.490	7.040
<p>Observatório Nacional – ON Vigência: 15/12/2022 a 15/12/2027 TED 936895 Objeto: Repasse de recursos financeiros ao Observatório Nacional (ON), com o apoio de outras instituições de pesquisa do Brasil, realizar a manutenção da Rede Sismográfica Brasileira (RSBR). Obs.: Em andamento.</p>	2.200	2.200
<p>Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) Vigência: 01/01/2023 a 31/12/2024 TED 940459 Objeto: Realização de ações conjuntas com o Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear (CDTN), visando à execução das atividades do Projeto Avaliação do Potencial de Urânio no Brasil: Província Uranífera de Lagoa Real, no estado da Bahia. Obs.: Em andamento. Dentro do prazo de prestação de contas.</p>	251	251

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ Vigência: 09/08/2023 a 09/08/2025 TED 943387 Objeto: Repasse de recursos à UFRRJ para pagamento exclusivamente do valor das bolsas do quantitativo de residentes (19), previstos no Acordo de Cooperação Técnica e Científica assinado entre a CPRM e a UFRRJ, para o desenvolvimento externo (na CPRM) do Programa de Residência de Iniciação Profissional em Ciências da Terra (Residência SGB), vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da UFRRJ. Obs.: Em andamento.	1.115	836
Universidade Federal de Ouro Preto Vigência: 01/11/2023 a 31/12/2024 TED 1AAPBJ Objeto: Intercâmbio técnico-científico com objetivo de ampliar a qualidade e o alcance da divulgação dos produtos das instituições, em área de interesse mútuo: a Bacia do São Francisco. Obs.: Encerrado. Prestação de contas aprovada.	0	90
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) Vigência: 12/2023 a 12/2024 TED 951776 Objeto: Implantação de serviços de comunicação e colaboração, segurança da informação, capacitação e infraestrutura de redes avançadas, integrados à RNP para uso pela CPRM. Obs.: Em andamento. Dentro do prazo de prestação de contas.	2.538	2.538
Universidade Federal de Ouro Preto Vigência: 08/2024 a 12/2025 TED 1AATRK Objeto: Intercâmbio técnico-científico com objetivo de ampliar a qualidade e o alcance da divulgação dos produtos das instituições, em uma área de interesse mútuo: a assinatura geoquímica (FOOTPRINT) e morfológica do ouro em âmbito nacional. Ademais, visa o avanço no conhecimento e na base de dados geológicos por meio da caracterização morfológica e microquímica, a ser realizada no Laboratório de Microscopia e Microanálises (LMic) do Departamento de Geologia (Degeo) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Obs.: Em andamento.	95	95

Instituto Federal de Educação Científica e Tec. do RN Vigência: 08/10/2024 a 08/10/2028 TED 1AAUIE Objeto: Execução de projeto na área de geologia e recursos minerais, com a geração de um banco de dados robusto e de domínio público. Consiste também no intercâmbio técnico-científico entre discentes e docentes da IFRN em parceria com os pesquisadores e técnicos do SGB, com objetivo de ampliar a qualidade e o alcance da divulgação dos produtos das instituições, em área de interesse mútuo. Tais dados serão disponibilizados através de produtos previstos no Plano Anual de Trabalho (PAT) 2024 da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais (DGM) do Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM). Obs.: Em andamento.	176	176
Instituto Federal do Maranhão – IFMA Vigência: 07/11/2024 a 07/11/2027 TED 968174 Objeto: Apoio técnico-científico na execução de projetos de pesquisa, capacitações, ciência de dados e inovação para a implementação de novas tecnologias voltadas para geologia e recursos minerais, gestão territorial, hidrologia e hidrogeologia, conforme estabelecido no inciso II, do Art.3º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020. Obs.: Em andamento.	3.013	1.727
Universidade Federal do Rio Grande do Sul Vigência: 09/12/2024 a 09/12/2026 TED 971441 Objeto: Desenvolvimento de novas bases técnicas e aprimoramento de previsões de cheias nas bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, região denominada de “Rio Grande do Sul Hidrológico” (RSH), com detalhamento para a parte baixa da bacia do Guaíba e Laguna dos Patos altamente impactadas por desastres recentes na região. Obs.: Em andamento.	2.074	1.830
Universidade Federal de Santa Catarina Vigência: 08/04/2025 a 08/05/2027 TED 044/2025 Objeto: Celebração de termo de execução descentralizada entre a CPRM/SGB e a Universidade Federal De Santa Catarina para o desenvolvimento de novas bases técnicas e aprimoramento de sistema de alerta de níveis e vazões para a bacia amazônica. Obs.: Em andamento.	2.566	0

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Vigência: 07/2025 a 07/2027

TED 977693

Objeto: Elaboração de estudos técnicos relativos ao meio físico (água superficial, água subterrânea, solo e estéril + rejeito), meio biótico (flora, fitoplâncton e perifíton) e meio socioeconômico para o diagnóstico ambiental da área degradada pela mineração de carvão de Santa Luzia, município de Urussanga, SC. 4 Cabe mencionar que este estudo se trata da revisão e complementos do diagnóstico realizado na área em 2010 pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC): PLANOS DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS PELA MINERAÇÃO DO CARVÃO, NO ESTADO DE SANTA CATARINA, CORRESPONDENTES ÀS ÁREAS DA EXTREMO S.A, DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO – DIAGNÓSTICO AMBIENTAL – BLOCO 2.

Obs.: Em andamento.

530

0

Total

22.208

21.736

9. Créditos a compensar de Convênios e TEDs

Referem-se a saldos de convênios e Termos de Execução descentralizada (TED), que, em contrapartida, estão diferidos no passivo, na conta Transferências Financeiras a Comprovar. Esses saldos são relativos aos recursos recebidos de órgãos concedentes, cujas baixas ocorrem após a comprovação e aprovação da prestação de contas (vide Nota Explicativa nº 22).

	UG	SALDO
Diretoria Exec. do Fundo Nacional de Saúde	257001	342
Escritório Central da ANP	323031	3.263
Agência Nacional de Águas	443003	104.771
Secretaria Nac. de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental	440202	795
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	440001	168
Fundação Nacional de Saúde – DF	255000	51
Projeta Meta II/Secretaria Executiva	320072	9.483
Assessoria Especial de Comunicação Social – Aescom	320076	6.022
Secretaria Nacional de Periferias	560025	4.983
Total		129.878

10. Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber e outros créditos não relacionados aos grupos do Ativo Circulante, tais como Prêmios de Seguros a Apropriar e Assinaturas e Anuidade a Apropriar, que são pagos antecipadamente e apropriados conforme o regime de competência, além de Valores a Receber por GRU de Despesas Estornadas.

O aumento nesta rubrica se explica pelo registro do crédito referente à parte da Companhia no excedente técnico (diferença entre as receitas e as despesas) apurado na apólice do seguro de vida em grupo de seus empregados.

	09/2025	12/2024
Valores a receber por devolução por despesas estornadas	121	68
Indenizações e restituições a receber	411	-
Prêmios de Seguros a apropriar	188	35
Total	720	103

11. Realizável a Longo Prazo

	09/2025	12/2024
Financiamentos concedidos¹	9.051	8.723
Outros créditos de longo prazo²	2.950	2.412
Total	12.001	11.135

¹ Valores totais de R\$ 13.160 em 30 de setembro de 2025 e R\$ 12.683 em 31 de dezembro de 2024, deduzindo-se R\$ 4.109 e R\$ 3.960, respectivamente, referentes às perdas estimadas com empréstimos/financiamentos concedidos, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 11.1.

² Valores totais de R\$ 5.725 em 30 de setembro de 2025 e R\$ 5.187 em 31 de dezembro de 2024, deduzindo-se R\$ 2.775, relativos a ajuste de perda para crédito de liquidação duvidosa, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº 11.2.

11.1. Financiamentos concedidos à Pesquisa Mineral

Os financiamentos são referentes ao Programa de Assistência Financeira à Pesquisa Mineral (PAFPM), do governo federal, cujo objetivo era estimular empresários brasileiros a atuarem no setor de mineração. O programa oferecia um sistema de financiamento adequado às peculiaridades da prospecção mineral e assumia, junto com o empresário, os riscos inerentes à atividade.

A seguir é apresentada a relação dos valores a receber dos financiamentos, por empresa, referentes aos processos ativos no banco de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM) com as respectivas classificações para riscos contratuais¹:

Processos	Empresas	Recuperação	Custo Corrigido	Perdas Estimadas	Total por Empresa
003.499/35	Exdibra Extr. Diamantes S/A.	Remoto	4.109	(4.109)	0
805.657/76 805.658/76 805.659/76 812.559/76	Belo Sun Min. Ltda.	Provável	9.051	0	9.051
Total			13.160	(4.109)	9.051

¹Processo SEI nº 48086.004038/2022-07.

I - Belo Sun:

A companhia fechou acordo com a Belo Sun para o recebimento do saldo pendente em agosto de 2021 no valor de R\$ 8.671.711,06 (oito milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e onze reais e seis centavos), conforme as seguintes condições:

- **Primeira parcela:** R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), que foi paga em 10 de agosto de 2021;

- **Segunda parcela:** R\$ 6.871.711,06, corrigidos pelo IPCA-E até a quitação, com vencimento em até 30 (trinta) dias contados da data da publicação no Diário Oficial da União da portaria de outorga da concessão de lavra referente ao Processo ANM 805.657/1976. O valor corrigido desta parcela é de R\$ 9.050.873,10. Até 30 de setembro de 2025 não houve outorga da concessão de lavra.

II - Exdibra

A Consultoria Jurídica da Companhia iniciou as providências para formalizar seu ingresso como assistente nos autos da Ação de Execução nº 0929216-17.1900.4.02.5101, movida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). Essa foi a estratégia recomendada pela Consultoria Jurídica e pelo escritório que presta serviços jurídicos à Companhia para viabilizar a recuperação dos valores emprestados por meio do BNDES. Os valores foram atualizados com juros contratuais, que variam de 3% a 7% a.a.

11.2. Outros créditos de longo prazo

	09/2025	12/2024
Crédito por concessão de direito de uso/exploração de bens	2.775	2.775
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(2.775)	(2.775)
Depósitos judiciais	2.602	2.054
Depósitos para interposição de recursos	145	155
Créditos a receber por cessão de pessoal	203	203
Total	2.950	2.412

O valor registrado como "Crédito por Concessão de Direito de Uso/Exploração de Bens" corresponde a um saldo a ser recebido da empresa Eucatex Mineral Ltda. Referente à transferência de direitos minerais. Esses direitos são provenientes de pesquisas bem-sucedidas sobre "turfa" realizadas pela Companhia em uma área de 2.730 hectares do "Projeto Caçapava", localizada no estado de São Paulo, e financiadas com recursos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética e seus relatórios foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), atualmente Agência Nacional de Mineração (ANM).

Devido à incerteza quanto ao recebimento desse valor, houve o reconhecimento de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa no montante do valor original.

Os valores registrados em “Depósitos Judiciais” decorrem de depósitos bancários efetuados em juízo pela Companhia a partir de sentenças judiciais como forma de proteção aos direitos envolvidos na ação.

Os “Depósitos para Interposição de Recursos” referem-se a pagamentos efetuados pela Companhia para garantir a apresentação de recursos, caso necessário, durante um processo judicial. Ele é usado para evitar a interrupção do prazo para recorrer e assegurar a continuidade do processo.

Os em “Depósitos Judiciais” e os “Depósitos para Interposição de Recursos” podem ser reavidos pela Companhia em caso de decisão favorável ao final do processo judicial ou se os valores depositados forem superiores ao necessário na sentença final, hipótese em que a diferença será devolvida à CPRM.

Os “Créditos a receber por cessão de pessoal” correspondem a valores que a CPRM tem direito de receber em razão da cessão de empregados a órgãos de outros entes federativos, conforme o inciso I, art. 18º, Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021. No caso concreto, tratam-se de valores devidos pela Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, cujo processo judicial foi encerrado. Até 30/09/2025, o precatório ainda não havia sido disponibilizado à Companhia.

12. Investimentos

Os valores registrados em “Investimentos” correspondem a títulos de natureza permanente e ações avaliadas pelo método do custo. A CPRM não detém participação relevante em empresas controladas, não exerce influência em sociedades coligadas nem possui participação igual ou superior a 20% no capital social dessas sociedades.

	09/2025	12/2024
Ações de outras companhias e incentivos fiscais	5	5
Total	5	5

13. Imobilizado

13.1. Saldos do Imobilizado em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Descrição	Custo até 31/12/2024	Depreciação acumulada (31/12/2024)	Movimentações no período	Depreciação do período	Custo até 30/09/2025	Depreciação acumulada (30/09/2025)	Saldo líquido (30/09/2025)
Imóveis	79.504	(20.052)	0	(400)	79.504	(20.453)	59.051
Laboratórios	3.790	(931)	0	(42)	3.790	(973)	2.817
Aparelhos de medição e orientação	58.839	(40.930)	10.127	(2.689)	68.966	(43.280)	26.686
Aparelhos e equipamentos de comunicação	1.824	(1.667)	116	(60)	1.940	(1.723)	217
Equipamentos de operação	11.910	(9.005)	1.670	(449)	13.580	(9.456)	4.124
Mobiliário em geral	11.771	(10.100)	263	(275)	12.034	(10.372)	1.662
Instalações	1	(1)	0	0	1	(1)	0
Embarcações	621	(529)	353	(37)	974	(553)	421
Veículos	36.771	(25.854)	7.111	(2.720)	43.882	(28.846)	15.036
Equipamentos de áudio, vídeo e foto	3.924	(2.663)	1.314	(376)	5.238	(3.024)	2.214
Equipamentos de processamento de dados	47.492	(33.323)	1.063	(3.467)	48.555	(36.754)	11.801
Documentação, museus e objetos de arte	8.867	0	0	0	8.867	0	8.867
Imobilização em curso – bens móveis	3.470	0	(1.366)	0	2.104	0	2.104
Imobilização em curso – bens imóveis	2.357	0	217	0	2.574	0	2.574
Aparelhos e equipamentos para laboratórios	20.698	(15.911)	368	(542)	21.066	(16.456)	4.610
Máquinas e ferramentas de oficina	923	(733)	80	(24)	1.003	(756)	247
Total	292.762	(161.699)	21.316	(11.081)	314.078	(172.647)	141.431

14. Intangível

	09/2025	12/2024
Licenças perpétuas de <i>softwares</i>	236	236
Total	236	236

15. Fornecedores e Contas a pagar

Nesta rubrica estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de ativos, além das obrigações por serviços prestados por terceiros. Seu montante de R\$ 10.201 tem como principais fornecedores em setembro de 2025:

	09/2025	12/2024
SGS GEOSOL LABORATÓRIOS LTDA.	2.152	664
BENTLEY SYSTEMS BRAZIL LTDA.	1.239	-
BRAZIL EXPLORE – BRAZ SILVA CONS. MIN. E GEOLOGIA	1.207	708
DECOLANDO TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	850	472
LASA PROSPECÇÕES S. A.	470	-
EURO SERVICE LTDA.	265	548
BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.	264	-
LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.	191	42
HUMANA SAÚDE NORDESTE LTDA.	168	-
DUALBASE TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA.	137	-
FIRMIANO SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA.	128	213
GSI – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.	126	-
LIGHT SERVIÇOS E ELETRICIDADE S. A.	124	147
JF ENGENHARIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA.	115	141
OUTROS CREDITORES	2.764	4.317
Total	10.201	7.252

16. Tributos e Encargos Sociais a Pagar

	09/2025	12/2024
Tributos renegociados a curto prazo	4.575	4.306
Tributos renegociados a longo prazo	6.285	7.592
Encargos de INSS	6.044	8.092
FGTS	1.739	2.330
Taxas	9	0
IRPJ a recolher	7.318	6.183
CSLL a recolher	110	0
Total	26.080	28.503
Circulante	19.795	20.911
Não circulante	6.285	7.592

16.1. Tributos renegociados

A Companhia segrega os tributos renegociados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e à Receita Federal do Brasil (RFB), em curto e longo prazo, de acordo com a sua exigibilidade. São classificados como Curto Prazo os tributos com vencimento até o final do exercício subsequente e como Longo Prazo aqueles com vencimento após esse período.

Conforme relatório de Situação Fiscal de Tributos Federais, segue quadro-resumo dos processos referentes aos tributos renegociados:

Órgão	Situação	Processo	Cód. Receita	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Receita Federal do Brasil¹	Parcelamento com exigibilidade suspensa	10166.408.400/2019-49	0220-IRPJ	2.564	4.844	7.408
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	Inscrição com exigibilidade suspensa	PERT – MP 783/2017 – Art. 3 Inciso I	1734-IRPJ/CSLL	2.011	1.441	3.452
Total				4.575	6.285	10.860

¹O parcelamento junto à Receita Federal do Brasil está suspenso em função de sentença datada de 09/06/2020 nos autos do processo nº 1002685-79.2020.4.01.3400, que reconheceu a imunidade da Companhia referente ao IRPJ.

16.2. Encargos de INSS

Registra os valores relativos às contribuições à Previdência Social, incidentes sobre salários e remunerações pagos pela Companhia. Os saldos referem-se a apropriações realizadas ao fim do período de reporte, que serão pagas no mês subsequente.

16.3. Encargos de FGTS

Registra os valores dos encargos sociais a recolher referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS), apropriados ao fim do período de reporte, que serão pagos no mês subsequente.

16.4. IRPJ a recolher

Registra os valores de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) apurados em conformidade com a sistemática de apuração trimestral do Lucro Real nos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024, que não foram recolhidos em razão da sentença datada em 09/06/2020 (fls.115 a 124) – Imunidade Recíproca, IRPJ/Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Suspensão da Exigibilidade, Cadastro de Inadimplentes (CADIN) – nos autos do processo nº 1002685-79.2020.4.01.3400.

Esses valores são atualizados mensalmente pela Selic até o trânsito julgado da ação.

17. Obrigações Tributárias a Recolher - Retenções

São registradas as retenções tributárias sobre contas a pagar e folha de pagamento em que a Companhia é responsável pelo recolhimento.

	09/2025	12/2024
IRRF devido ao Tesouro Nacional	8.432	7.773
INSS	1.557	1.932
Impostos e Contribuições diversos devidos ao Tesouro Nacional	1.561	1.706
ISS	296	105
Total	11.846	11.516

17.1. IRRF Devido ao Tesouro Nacional

Registra os valores de retenções na fonte relativas ao o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) efetuadas pela CPRM, referentes a pagamentos ou valores creditados a terceiros ou empregados, que estão sujeitos à retenção desse tributo.

17.2. INSS

Registra o valor das retenções efetuadas pela Companhia sobre pagamentos de empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou a prestadores de serviços, a serem recolhidas ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS).

17.3. Impostos e Contribuições diversos devidos ao Tesouro Nacional

Registra os valores referentes às retenções sobre pagamentos efetuadas pela Companhia, relativos a diversos impostos (IR) e contribuições (PIS/COFINS/CSLL, entre outros), principalmente em atendimento à Instrução Normativa RFB nº Lei 1.234/2012.

17.4. ISS

Registra os valores referentes às retenções sobre pagamentos de serviços efetuadas pela Companhia, relativos ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN ou simplesmente ISS).

18. Férias e 13º Salário a Pagar

	09/2025	12/2024
Férias a pagar	56.340	56.460
13º Salário a pagar	26.747	-
Total	83.087	56.460

19. Provisão para Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável.

	12/2024	Adições	Baixas	09/2025
Responsabilidade civil	460	-	-	460
Ações trabalhistas	3.437	-	1.063	2.374
Total	3.897	-	1.063	2.834

20. Contas e Despesas a pagar

	09/2025	12/2024
Salários, remunerações e benefícios	21.264	20.189
Planos de previdência e assistência médica	1.110	1.123
Retenções sindicatos, associações e cooperativas	22	26
Retenções planos de seguros	839	9
Retenções – empréstimos e financiamentos	1.199	1.301
Outras contas a pagar	134	154
Total	24.568	22.802

20.1. Salários, Remunerações e Benefícios

Registra as obrigações líquidas referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais os empregados têm direito.

20.2. Planos de Previdência e Assistência Médica

Registra os descontos efetuados em folhas de pagamento do pessoal para posterior recolhimento a favor de instituições de previdência e assistência médica.

20.3. Retenções Sindicatos e Associações

Registra os valores das consignações retidos pela entidade ou a ela entregue para recolhimentos aos respectivos sindicatos.

20.4. Retenções Planos de Seguros

Registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento referentes às contribuições a planos de seguro de vida em grupo.

20.5. Retenções – Empréstimos e Financiamentos

Registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento dos servidores referentes a empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros (consignações), bem como retenções de parcelas de consórcios e segurados do INSS.

20.6. Outras Contas a Pagar

Registra os valores de benefícios previdenciários, benefícios assistenciais a pagar, retenções a fornecedores de vale refeição, pensões alimentícias retidas de empregados e fatura do cartão de pagamento do governo federal.

21. Convênios com Entidades Diversas

Nesta rubrica estão registrados os saldos financeiros de convênio/TEDs e sua exigibilidade é apurada mensalmente após a aplicação dos recursos.

	09/2025	12/2024
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo (ANP)		
TED 689666		
Vigência: 20/02/15 a 20/02/2030	2	135
Objeto: Rateio das despesas de administração da CPRM e ANP no prédio situado na av. Pasteur, nº 404, onde está instalado o BDEP.		

<p>Obs.: Em andamento.</p> <p>Assessoria Especial de Comunicação Social / MME TED 944188 Vigência: 18/07/2023 a 10/03/2024 (Prorrogada até 10/09/2024) Objeto: Ampliar o conhecimento da sociedade brasileira por meio do alinhamento entre as ações da CPRM e do MME, visando à divulgação das políticas públicas e iniciativas do governo federal em relacionadas à promoção de recursos minerais, hídricos e de energia do país. Obs.: Encerrado. Aguardando aprovação da prestação de contas.</p>	<p>- 414</p>
<p>Agência Nacional de Águas – ANA TED 936584 Vigência: 01/01/2023 a 30/06/2024 Objeto: Manutenção e operação de cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) estações de monitoramento, que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); operação de estações piezométricas em sistemas de aquíferos de bacias brasileiras; manutenção da rede sismográfica; bem como análise preliminar dos dados; capacitação técnica dos profissionais envolvidos nas atividades de campo e de escritório; além de estudos e pesquisas de interesse das instituições; durante o período de janeiro a dezembro de 2023. Obs.: Encerrado. Aguardando aprovação da prestação de contas.</p>	<p>- -</p>
<p>Agência Nacional de Águas – ANA TED 955080 Vigência: 01/01/2024 a 31/12/2025 Objeto: Manutenção e operação de cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) estações de monitoramento que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); operação de estações piezométricas em sistemas de aquíferos de bacias brasileiras; bem como análise preliminar dos dados; capacitação técnica dos profissionais envolvidos nas atividades de campo e de escritório; e, estudos e pesquisas de interesse das instituições; durante o período de janeiro a dezembro de 2024. Obs.: Em andamento.</p>	<p>331 834</p>
<p>Ministério de Minas e Energia Vigência: 22/12/2023 a 22/12/2024 042/CPRM/2022 – 925487 Objeto: Conclusão do objeto remanescente do TED nº 10/2022, por meio da viabilização jurídica para pagamento aos adjudicatários dos itens contratados nos Pregões Eletrônicos nº 003/2022 – SERAFI-BR (item nº 1) e nº 012/2022 - SERAFI-BR (item único), realizados durante a vigência do instrumento, mas cujas entregas e ateste ocorreram após seu encerramento.</p>	<p>- -</p>

<p>Obs.: Encerrado. Aguardando aprovação da prestação de contas.</p> <p>Ministério do Meio Ambiente</p> <p>TED 945868</p> <p>Vigência: 18/09/2023 a 18/03/2025</p> <p>Objeto: Perfuração de poço tubular para completar a rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos da área afetada pela mineração do carvão, a fim de subsidiar o Programa de Recuperação de Áreas Degradadas na Bacia Carbonífera de Santa Catarina.</p> <p>Obs.: Encerrado. Prestação de contas aprovada em 01/07/2025.</p>	<p>-</p> <p>550</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente</p> <p>TED 955676</p> <p>Vigência: 19/02/2024 a 19/03/2025</p> <p>Objeto: Operação da rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos, superficiais e bocas de mina na área afetada pela mineração do carvão na Bacia Carbonífera de Santa Catarina, a fim de subsidiar os relatórios de indicadores ambientais elaborados pelo Grupo Técnico de Assessoramento à execução da sentença (GTA).</p> <p>Obs.: Encerrado. Aguardando aprovação da prestação de contas.</p>	<p>289</p> <p>108</p>
<p>Ministério das Cidades</p> <p>TED 958507</p> <p>Vigência: 01/07/2024 a 31/12/2026</p> <p>Objeto: Operação da rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos, superficiais e bocas de mina na área afetada pela mineração do carvão na Bacia Carbonífera de Santa Catarina, a fim de subsidiar os relatórios de indicadores ambientais elaborado pelo Grupo Técnico de Assessoramento à execução da sentença (GTA).</p> <p>Obs.: Em andamento.</p>	<p>1.135</p> <p>3.674</p>
<p>Secretaria Nacional de Segurança Hídrica</p> <p>TED 072/CPRM/2025</p> <p>Vigência: 13/06/2025 a 31/12/2026</p> <p>Objeto: Instalação de 12 novas estações fluviométricas nos pontos de controle solicitados, realização de 192 medições de vazões, confecção de curvas-chave e apoio ao desenvolvimento de balanço hídrico do trecho, com a finalidade de fornecer subsídios para a gestão e regulação das águas aportadas pelo PISF.</p> <p>Obs.: Em andamento.</p>	<p>135</p> <p>-</p>
<p>Secretaria Especial de Saúde Indígena</p> <p>TED 974925</p> <p>Vigência: 01/04/2025 a 31/12/2027</p> <p>Objeto: Levantamento geofísico em aldeias indígenas, visando encontrar alternativas propícias à presença de água subterrânea, capaz de abastecer a população indígena, a partir do desenvolvimento de poços tubulares.</p> <p>Obs.: Em andamento.</p>	<p>221</p> <p>-</p>
<p>Total</p>	<p>2.113</p> <p>5.715</p>

22. Transferências Financeiras a Comprovar

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos saldos de recursos de convênios e TEDs recebidos pela CPRM, que estão pendentes de prestação de contas, para execução de atividades visando um objetivo comum. No órgão concedente, tais recursos integram seus respectivos ativos e, uma vez aprovada a prestação de contas, haverá a baixa do ativo no órgão concedente e da obrigação na CPRM.

A seguir é apresentada a relação dos acordos em que a Companhia é recebedora dos recursos:

Nº TED/Convênio	Entidade Repassadora	Objeto
ED 689666	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	Rateio das despesas de administração da CPRM e ANP no prédio situado na Avenida Pasteur, 404, onde está instalado o BDEP.
ED 694925	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	Elaboração dos projetos-piloto de gestão integrada de águas superficiais e subterrâneas nas bacias dos rios Carinhanha E Verde Grande (BA/MG).
ED 698222	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	Monitoramento da recuperação ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina.
ED 936584	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	Manutenção e operação de cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) estações de monitoramento que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); operação de estações piezométricas em sistemas aquíferos de bacias brasileiras; manutenção de rede sismográfica; bem como análise preliminar dos dados; capacitação técnica dos profissionais envolvidos nas atividades de campo e de escritório; além de estudos e pesquisas de interesse das instituições; durante o período de janeiro a dezembro de 2023.
ED 944188	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	Ampliação do conhecimento da sociedade brasileira por meio do alinhamento entre as ações da CPRM e do MME, visando à divulgação das políticas públicas e iniciativas do governo federal relacionadas à promoção de recursos minerais, hídricos e de energia do país. Dessa forma, a parceria vai potencializar a disseminação do conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil. Além disso, ampliará o acesso da sociedade, nos âmbitos regional, nacional e internacional, e demais informações, considerando a necessidade de diálogo do governo federal com diversos públicos.
ED 1AAGLH	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – DF	Analisar processos de convênios celebrados pela Funasa, com prefeituras e/ou governos estaduais, envolvendo, exclusivamente, sistemas de abastecimento de água por meio de captação subterrânea com a execução de profundos.

NOTAS EXPLICATIVAS
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ED 925970	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	O subprojeto “Ampliação da Base Laboratorial do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) - Aquisição de Equipamentos de Análises químicas e Geoquímicas para o Laboratório de Análises Minerais - Rede Lamin” tem por objeto a aquisição de 10 (dez) instrumentos analíticos, que viabilizarão estudos laboratoriais mais modernos, seja substituindo equipamentos que estão prestes a entrar em obsolescência, seja introduzindo novas metodologias analíticas, para recompor a infraestrutura existente na Rede Lamin da CPRM, que opera desde 2012 sem renovação de seus equipamentos, bem como ampliar a base laboratorial da CPRM.
ED 952487	MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	Conclusão do objeto remanescente do TED nº 10/2022, por meio da viabilização jurídica para pagamento aos adjudicatários dos itens contratados em decorrência dos pregões eletrônicos nº 003/2022 - SERAFI-BR (item nº 1) e nº 012/2022 - SERAFI-BR (item único), realizados durante a vigência do instrumento, mas cujas entregas e ateste ultrapassaram sua data de encerramento.
ED 945868	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	Perfuração de poço tubular para completar a rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos da área afetada pela mineração do carvão, a fim de subsidiar o programa de recuperação de áreas degradadas na Bacia Carbonífera de Santa Catarina.
ED 955676	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	Operação da rede de monitoramento ambiental dos recursos hídricos subterrâneos, superficiais e bocas de mina na área afetada pela mineração do carvão na Bacia Carbonífera de Santa Catarina, a fim de subsidiar os relatórios de indicadores ambientais elaborado pelo Grupo Técnico de Assessoramento à execução da sentença (GTA).
ED 958507	MINISTÉRIO DAS CIDADES	A elaboração dos PMRR; constituição da equipe técnica, cuja equipe principal da CPRM deve contar com os seguintes perfis técnicos, além do coordenador-geral: geólogo, com experiência em mapeamento de risco geológico e hidrológico; engenheiro civil/geotécnico, com experiência na proposição de intervenções estruturais e composição de custos; profissional de comunicação social/assistente social/sociólogo, com experiência em atividades participativas e percepção de risco junto às comunidades em situação de risco; realização de reuniões técnicas para alinhamento metodológico entre as equipes, garantindo qualidade e uniformidade dos produtos gerados; elaboração do cronograma de atividades.
ED 955080	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	Manutenção e operação de cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) estações de monitoramento que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); operação de estações piezométricas em sistemas aquíferos de bacias brasileiras; bem como análise preliminar dos dados; capacitação técnica dos profissionais envolvidos nas atividades de campo e de

NOTAS EXPLICATIVAS
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		escritório; além de estudos e pesquisas de interesse das instituições; durante o período de janeiro a dezembro de 2024.
ED 973564	AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS	Manutenção e operação de cerca de 3.500 (três mil e quinhentas) estações de monitoramento que representam aproximadamente 80% da Rede Hidrometeorológica Nacional (RHN); implantação e operação da Rede Hidrometeorológica Nacional de Referência (RHNR); operação de estações piezométricas em sistemas aquíferos de bacias brasileiras; bem como análise preliminar dos dados; capacitação técnica dos profissionais envolvidos nas atividades de campo e de escritório; além de estudos e pesquisas de interesse das instituições; durante o período de janeiro a dezembro de 2025.
ED 974925	SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA	Levantamento geofísico em aldeias indígenas, visando encontrar alternativas propícias à presença de água subterrânea, capaz de abastecer a população indígena, a partir do desenvolvimento de poços tubulares.
ED 975380	SEC.MEIO AMBIENTE URBANO QUALIDADE AMB	OPERAÇÃO DA REDE DE MONITORAMENTO AMBIENTAL DOS RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS, SUPERFICIAIS E BOCAS DE MINA NA ÁREA AFETADA PELA MINERAÇÃO DO CARVÃO NA BACIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA, EM 2025, A FIM DE SUBSIDIAR OS RELATÓRIOS DE INDICADORES AMBIENTAIS ELABORADO PELO GRUPO TÉCNICO DE ACESSORAMENTO À EXECUÇÃO DA SENTENÇA (GTA).

A seguir é apresentada a composição desta rubrica por nº TED/Convênio:

Nº TED/Convênio	Saldo	Valor total do TED/Convênio	(%) recebido
ED 689666	3.262	9.429	35%
ED 694925	5.660	5.983	95%
ED 698222	168	218	77%
ED 936584	38.116	38.586	99%
ED 944188	6.022	6.022	100%
ED 1AAGLH	51	698	7%
ED 925970	5.846	10.530	56%
ED 952487	3.638	3.638	100%
ED 955676	495	495	100%
ED 958507	4.983	7.500	66%
ED 955080	40.276	42.227	95%
ED 973564	20.719	43.126	48%
ED 974925	342	904	38%
ED 975380	300	300	100%
	129.878		

A seguir, quadro comparativo dos saldos em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	09/2025	12/2024
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS A COMPENSAR	129.878	101.791

23. Credores Diversos

Classificam-se neste grupo os demais valores a pagar do Passivo Circulante, como contribuição a entidades de previdência privada, diárias a pagar, depósitos e cauções recebidos, depósitos retidos de fornecedores, indenizações, restituições e compensações e outros.

	09/2025	12/2024
Contribuição a entidades de previdência privada	935	926
Diárias a pagar	267	377
Depósitos e cauções recebidos	302	252
Indenizações, restituições e compensações.	97	21
Outros credores	138	9
Total	1.739	1.585

23.1. Contribuição a Entidades de Previdência Privada

Registra os valores dos encargos a recolher representados pela contribuição patronal a entidades fechadas de previdência privada.

A previdência privada dos empregados da CPRM é do tipo de contribuição definida, os planos de contribuição definida são planos de benefícios pós-emprego nos quais a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior.

23.2. Diárias a pagar

Registra os valores relativos às diárias a pagar para os empregados em viagem a serviço da Companhia.

23.3. Depósitos e Cauções recebidos

Registra os valores que a companhia recebeu a título de depósitos e/ou cauções vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantir as operações específicas e que deverão ser devolvidos ao contratado ao fim do instrumento contratual.

23.4. Indenizações, Restituições e Compensações

Registra as obrigações relativas a indenizações, restituições e compensações devidas pela CPRM a qualquer título.

23.5. Outros Credores

Registra os valores relativos às Guia de Recolhimento da União (GRU) para estorno de despesas e ordens bancárias canceladas, que não foram processadas até o final do período de reporte.

24. Demais obrigações a longo prazo

	09/2025	12/2024
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL – AFAC	56.990	43.761
BENS RECEBIDOS EM COMODATO	1.274	1.274

24.1. AFAC

Referem-se aos recebimentos de recursos provenientes da União, para as operações de investimentos da Companhia, em conformidade com a Macrofunção SIAFI nº 021122 – Participação da União no Capital das Empresas e Nota Conjunta nº 013/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN.

Visando atender o voto do controlador (União) na Assembleia Geral Ordinária de 2022, a Companhia, a partir do 2º trimestre de 2023, passou a receber do Ministério de Minas e Energia recursos destinados para aumento de sua capacidade operacional, como o AFAC.

24.2. Bens recebidos em comodato

Registra os bens que a CPRM recebeu por cessão não onerosa com prazo determinado para devolução:

- Parte do imóvel localizado na Avenida Alexandrino de Alencar, nº 1.402, Bairro Tirol, Natal/RN. O referido imóvel foi cedido pela UNIÃO para a instalação e funcionamento do Núcleo de Natal (NANA) pelo prazo de 20 anos, a partir de 29/11/2021, podendo ser prorrogado por interesse da União e da CPRM.

25. Capital Social

O valor do Capital Social da companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 30.148, representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 30 de setembro de 2025, apresenta a seguinte distribuição:

	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total de ações	%
União Federal	2.580.626	98	288.963	92	2.869.589	97
Fazenda do Estado do Amazonas	-	-	1.169	-	1.169	-
Fazenda do Estado de São Paulo	28.073	1	18.715	6	46.788	2
Cia. Energética de Alagoas	116	-	116	-	232	-
Centrais Elétricas Brasileira – Eletrobrás	6.015	-	6.015	2	12.030	-
Petróleo Brasileiro S/A	12.031	1	-	-	12.031	1
Banco Central do Brasil	1.202	-	-	-	1.202	-
Centrais Elétricas Norte do Brasil	-	-	233	-	233	-
Indústrias Nucleares do Brasil	23	-	-	-	23	-
Cia. Mineradora Minas Gerais S/A	200	-	-	-	200	-

Cia. Paranaense de Energia – Copel	674	-	594	-	1.268	-
Cia. Estadual Energia Elétrica – CEEE	467	-	-	-	467	-
Cia. Rio-Grandense Saneamento - Corsan	233	-	-	-	233	-
Metais De Goiás S/A - Metago	584	-	116	-	700	-
Cia. Energética de São Paulo – Cesp	467	-	701	-	1.168	-
Cia. Rio-Grandense de Mineração	39	-	-	-	39	-
Cia. Matogrossense de Mineração - Metamat	400	-	-	-	400	-
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	-	-	400	-	400	-
Total	2.631.150	100	317.022	100	2.948.172	100

26. Reservas de Reavaliação

	09/2025	12/2024
Terreno	13.006	13.006
Imóvel	6.938	7.079
Total	19.945	20.085

27. Resultado Acumulado

Nesta conta, são registrados os resultados acumulados do exercício e de exercícios anteriores da Companhia:

	09/2025	12/2024
Resultados do exercício	(19.742)	(16.493)
Resultados acumulados de exercícios anteriores	(24.310)	(6.682)
Ajustes de exercícios anteriores	-	(1.275)
Total	(44.052)	(24.450)

28. Receita Líquida de Serviços

As receitas decorrem, predominantemente, da realização de estudos in loco para análise oficial da água de fontes minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou com fins balneários, além de atividades de pesquisa, lavra e reavaliação de reservas.

Tais análises são executadas exclusivamente pela rede de Laboratórios de Análise Mineral (Lamin/CPRM), conforme o art. 4º da Portaria ANM/MME nº 819/2018, o Código de Águas Minerais (Decreto-Lei nº 7.841/1945) e o Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967 e Decreto nº 9.406/2018).

No terceiro trimestre de 2025, a receita de serviços foi impactada, de forma excepcional, pela arrecadação referente às inscrições do concurso público de 2025 (Edital nº 01/2025), no montante de R\$ 2.607 mil.

	09/2025	09/2024
Receita líquida de serviços	3.458	2.024
Total	3.423	2.024

29. Custo dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados pela Companhia são relativos aos gastos necessários para a realização dos estudos *in loco*, como mão de obra e materiais aplicados.

A apuração desses custos é feita com base nas informações geradas pelo Sistema de Informação de Custos (SIC) do governo federal, conforme a avaliação dos centros de custos pelas áreas que prestam o serviço.

	09/2025	09/2024
Custos dos serviços prestados	241	(978)
Total	(241)	(978)

30. Despesas Administrativas e Gerais

30.1. Pessoal

	09/2025	09/2024
Remuneração (i)	(278.845)	(271.797)
Encargos (ii)	(83.228)	(90.504)
Benefícios a empregados (iii)	(39.516)	(38.553)
Plano de Previdência complementar	(8.388)	(8.862)
Total	(409.977)	(409.716)

(i) Vencimento e Salários (R\$ 138.950), Adicionais (R\$ 1.106), Gratificações (R\$ 63.758), Férias (R\$ 29.384), 13º salário (R\$ 38.924), Indenizações e Restituições Trabalhistas (R\$ 6.068), Outros Vencimentos e vantagens fixas e variáveis (R\$ 655);

(ii) Contribuição ao INSS (R\$ 63.947) e FGTS (R\$ 19.281);

(iii) Auxílio alimentação/refeição (R\$ 14.764), Seguro saúde (R\$ 18.013), Seguro de vida (R\$ 4.855), Auxílio creche, vale transporte, auxílio dependente com necessidades especiais e outros auxílios (R\$ 1.884).

30.2. Serviços tomados

	09/2025	09/2024
Serviços Profissionais Contratados (i)	(56.270)	(52.779)
Passagens e hospedagens	(10.284)	(14.723)
Manutenção	(3.143)	(3.266)
Água, Energia Elétrica e Gás	(2.469)	(3.087)
Total	(72.166)	(73.855)

(i) Serviços técnicos profissionais (R\$ 54.778), Serviços de comunicação (R\$ 795), outros (R\$ 697).

31. Recursos recebidos do Tesouro Nacional

Na condição de empresa pública dependente e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Federal, a CPRM recebe recursos financeiros do Tesouro Nacional, com o objetivo de cobrir custos, despesas e investimentos.

Os recebimentos são segregados entre os recursos financeiros do Orçamento do Exercício Corrente e aqueles destinados aos pagamentos de Restos a Pagar, que correspondem a empenhos emitidos em exercícios anteriores que não puderam ser pagos à época de sua respectiva emissão.

	09/2025	09/2024
Recursos referentes ao orçamento corrente	468.569	453.346
Recursos referentes a restos a pagar	25.692	34.777
Total	494.261	488.123

32. Despesas e Receitas Financeiras

Representam variações monetárias, variações cambiais, juros ativos e passivos, inclusive a correção pela Taxa Selic dos recursos recebidos para AFAC, que passaram a ser recebidos a partir de abril de 2023, enquanto não capitalizados, em conformidade com a Macrofunção SIAFI nº 021122 – Participação da União no Capital das Empresas e Nota Conjunta nº 013/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN.

	09/2025	09/2024
Despesas financeiras	(5.812)	(3.581)
Receitas financeiras	476	371
Total	(5.336)	(3.210)

33. Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia, conforme estabelecido pela legislação fiscal para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Lucro Real/Trimestral, apurou prejuízo fiscal no 3º Trimestre de 2025, e o valor registrado se refere à diferença de IRPJ e CSLL apurado após revisão de base de cálculo referente ao 2º Trimestre de 2025.

34. Resultado Líquido do Período

O resultado é apurado segundo o Regime de Competência consignado no Art. 177 da Lei nº 6.404/1976, a partir do confronto das Receitas e Despesas e é evidenciado na Demonstração do Resultado, de acordo com registros expressos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

35. Partes Relacionadas

O CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, no item 9, define como parte relacionada uma pessoa ou entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis.

O referido CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas também define o pessoal-chave da administração (as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador dessa entidade) como pessoas relacionadas à entidade, assim consideram-se pessoal-chave da Administração da CPRM os membros da Diretoria Executiva e os membros do Conselho de Administração e Fiscal.

A política de Transações com Partes de Relacionadas da CPRM em seu item 6.1, alínea a, inclui também a União, Estados, Distrito Federal e Municípios como partes relacionadas com a CPRM.

Portanto, considerando que a CPRM é uma empresa pública federal dependente do orçamento da União, que realiza transações decorrentes de repasses efetuados por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e efetua pagamentos a servidores e empregados públicos requisitados ou cedidos de outros órgãos para compor seu quadro de dirigentes, empregados e conselheiros, as transações com partes relacionadas estão resumidas nos quadros a seguir:

Quadro 1 – Remuneração do pessoal-chave da administração

O montante registrado (conforme quadro abaixo) é relativo à remuneração acumulada (em milhares de R\$) do pessoal-chave da Administração, abrangendo salário e gratificações.

		09/2025	12/2024
05	Diretores	828	2.126
09	Conselheiros de Administração e Fiscal	186	275

A CPRM possui em seus quadros funcionários cedidos/requisitados/movimentados de/para, outros órgãos da administração pública, de acordo com o decreto 10.835/2021. A CPRM não efetua e não recebe ressarcimento de servidores/empregados que os órgãos de origem façam parte do Orçamento Fiscal da União. O quadro abaixo apresenta a quantidade de servidores/empregados cedidos/requisitados:

Quadro 2 – Servidores/empregados cedidos de outros órgãos para a CPRM:

Qtd.	Cargo na CPRM	Condição	Órgão	Esfera	Ressarcimento
04	Pesquisador	Sem ônus	IBGE/SPU/ANM	Federal	Não
04	Assessor / Chefe da Audite	Com ônus	SEEDF/ INFRAERO/PF	Estadual/Federal	Sim
01	Analista	Sem ônus	MGI/ANM	Federal	Não
01	Técnica	Sem ônus	MGI	Federal	Não

Quadro 3 – Empregados cedidos da CPRM para outros órgãos:

Qtd.	Cargo na CPRM	Condição	Órgão	Esfera	Ressarcimento
06	Pesquisador	Com ônus	ANM/ETURB/ANA	Federal	Não
06	Analista	Com ônus	Jardim Botânico/MME/ANS/ICMbio/ANM	Federal	Não
07	Técnico	Com ônus	ANM/MGI/MEC/ANP/PRESIDENCIA/UFRN	Federal	Não
02	Pesquisador	Sem ônus	APAC/SEMIL	Federal	Sim

Quadro 3 – Diretores/Conselheiros oriundos da Administração Pública:

QTD	CARGO NA CPRM	ÓRGÃO	ESFERA
01	Diretor	PF	Federal
06	Conselheiro	MF / MGI / MRE / MME	Federal

Informações adicionais

Diretores: A empresa possui cinco diretores, sendo que quatro deles têm recolhimento de INSS e FGTS. O quinto diretor não possui recolhimento de INSS ou FGTS.

Conselheiros: Os conselheiros não possuem direito a FGTS, e o recolhimento de INSS pode variar conforme o regime aplicável.

Partes Relacionadas com Pessoas Jurídicas

As transações da CPRM com partes relacionadas pessoas jurídicas são, em sua maioria, o recebimento de Recursos do Tesouro Nacional para investimentos e custeio (notas explicativas nº 24.1 e 31, respectivamente) e as oriundas de TEDs/Convênios em que a CPRM atua como repassadora (nota explicativa nº 9) e recebedora (notas explicativas nº 21 e 22) dos recursos.

36. Remuneração dos Dirigentes e Empregados

Em atendimento a Resolução CGPAR/ME Nº 30 de 04 de agosto de 2022, o quadro abaixo demonstra as remunerações dos administradores e empregados, bem como os salários médios, no exercício de 2025, de acordo com o Plano de Cargos e Salários da CPRM, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais– SEST:

Qtd.		Maior	Menor	Média
05	Administradores*	R\$ 31.703,84	R\$ 31.703,84	R\$ 31.703,84
41	Empregados - Nível Fundamental	R\$ 5.089,53	R\$ 3.978,35	R\$ 4.424,66
565	Empregados - Nível Médio	R\$ 9.772,84	R\$ 4.442,68	R\$ 7.290,12
802	Empregados - Nível Superior	R\$ 23.268,38	R\$ 9.215,61	R\$ 15.523,18

*Não incluídos os conselheiros.

Ainda conforme determinação da Resolução CGPAR/ME Nº 30 de 04 de agosto de 2022 o quadro abaixo apresenta os valores médios mensais das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, bem como os gastos com previdência privada em benefício aos empregados até 30/09/2025:

Descrição	Média
Remuneração média mensal dos conselheiros de administração	R\$ 3.434,58
Remuneração média mensal dos conselheiros fiscais	R\$ 3.434,58
Quantidade de empregados contratados	1.408 (total)
Gasto médio com previdência privada	R\$ 5.976,17
Gasto médio com benefícios a empregados	R\$ 2.696,46

37. Cobertura de Seguro

Bens Móveis, Imóveis e Almojarifado

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre bens móveis, imóveis e almojarifado, conforme apólice nº 3038000005196, cuja vigência teve início às 24 horas do dia 7 de janeiro de 2024 e terminará às 24 horas do dia 7 de janeiro de 2025. O contrato foi firmado por meio do Contrato nº 002/PR/2021 (Processo SEI nº 48086.001751/2020-29), junto à Mapfre Seguros Gerais S/A, prorrogado pelo Terceiro Termo Aditivo (Processo SEI nº 48086.007156/2023-40). A cobertura total (valores segurados) soma R\$145.320.332,00, sendo R\$138.320.331,94 para danos materiais, incluindo Incêndio, queda de raio e explosão; R\$ 5.000.000,00 para danos elétricos; e R\$ 2.000.000,00 para responsabilidade civil. O prêmio total pago foi de R\$ 79.214,96.

Veículos

O seguro dos veículos da Companhia foi licitado por meio do processo nº 48086.001070/2020-61, tendo como vencedora a empresa Porto Seguro Cia de Seguros Gerais. Em razão de prorrogação contratual, foi emitida a apólice nº 0531862876967, com vigência inicial às 24 horas do dia 01/12/2023 e término às 24 horas do dia 01/12/2024. O prêmio contratado totalizou o valor de R\$ 234.036,05 (duzentos e trinta e quatro mil, trinta e seis reais e cinco centavos), referente ao seguro de 233 (duzentos e trinta e três) veículos, distribuídos por Unidade Regional. Até a finalização do processo licitatório da nova apólice de seguro, a apólice vigente foi renovada por dois meses. A nova apólice, de nº 0531863638717, teve vigência de 01/12/2024 a 01/02/2025, com prêmio contratado no valor de R\$ 45.979,10 (quarenta e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e dez centavos).

Considerando o término da apólice anteriormente emitida pela ANA, foi instruído o processo nº 48086.005686/2024-34 para a contratação de seguro total da frota de 89 (oitenta e nove) veículos pertencentes à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, cuja prestação de serviços foi realizada pelo Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM. Assim, foi emitida a apólice nº 01310133897, com vigência das 24 horas do dia 09/07/2024 às 24 horas do dia 09/01/2025. O prêmio contratado totalizou o valor de R\$ 67.999,99 (sessenta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais).

38. Ativos e Passivos Contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes levam em consideração os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis, conforme descrito a seguir:

- I- Ativos Contingentes: são divulgados quando há probabilidade de entrada de recursos econômicos, mas não é certa. Caso a entrada de recursos econômicos não seja provável, nenhuma divulgação é exigida;
- II- Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos puderem ser mensuráveis com suficiente segurança, sendo atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa. Os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

De acordo com a classificação de riscos de perdas realizada pela Consultoria Jurídica da Companhia, nas ações em que a CPRM figura no polo ativo ou no polo passivo, são apresentados a seguir os ativos e passivos contingentes:

a) Ações em que a Companhia figura no Polo Ativo – Ativos Contingentes (ganhos prováveis):

TIPO DE AÇÃO	VALOR ESTIMADO
Ações de responsabilidade civil	505
Ações tributárias	7.153
Total	7.658

As ações tributárias foram propostas com base na tese jurídica de que a Companhia, por ser empresa estatal dependente do Tesouro Nacional, que presta serviços essenciais, exclusivos e outorgados pela própria União, tem direito à imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, “a”, da Constituição Federal, referente a impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços.

-Destaques:

Ação Declaratória: visa reconhecer o direito da Companhia à imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, VI, “a”, da Constituição Federal, relativa a impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços da autora.

Repetição de Indébito (IRPJ): - sentença procedente, em sede de apelação, conclusa para decisão;

A Companhia teve decisões favoráveis suspendendo cobrança de ISS, com reconhecimento da imunidade tributária recíproca e direito à repetição de indébito, nos municípios de Joinville/SC, Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP. Além de repetição de indébito de IPTU no município de Salvador/BA.

b) Ações em que a Companhia figura no Polo Passivo – Passivos Contingentes (perdas possíveis):

TIPO DE AÇÃO	VALOR ESTIMADO
Ações de responsabilidade civil	4.130
Ações trabalhistas	4.884
Total	9.014

As ações trabalhistas classificadas como possíveis perda referem-se, em sua maioria, a discussões sobre diferenças salariais, gratificação, incorporação e desvio de função.

39. Conciliação entre o balanço publicado e o balanço do SIAFI

Em atendimento ao item 15 do Acórdão nº 2016/2006 do TCU, de 1º de novembro de 2006, a Companhia apresenta anualmente, por ocasião do encerramento do exercício, a conciliação entre o balanço publicado conforme a Lei nº 6.404/76 e o obtido via SIAFI.

A seguir, são apresentadas as diferenças apuradas, entre o balanço publicado no SIAFI e o balanço elaborado em conformidade com a Lei 6.404/76, acompanhadas das respectivas justificativas.

	LEI Nº 6.404/76	BALANÇO DO SIAFI	DIFERENÇAS
Ativo Circulante	202.978	202.978	-
Ativo Não Circulante	153.673	153.673	-
Total do Ativo	356.651	356.651	-
Passivo Circulante	286.061	286.061	-
Passivo Não Circulante	64.549	64.549	-
Patrimônio Líquido	6.041	6.041	-
Total do Passivo	356.651	356.651	-

40. Autorização para emissão das Demonstrações Contábeis e Eventos Subsequentes

A emissão das Demonstrações Contábeis referentes ao 3º Trimestre de 2025 foi autorizada pela Administração da entidade em 19 de janeiro de 2026. Até essa data, a Administração não teve conhecimento de nenhum evento que pudesse ter efeitos relevantes sobre as Demonstrações Contábeis do período de reporte.

Diretoria Executiva

Francisco Valdir Silveira
Diretor Presidente (Interino)
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Alice Silva de Castilho
Diretora de Hidrologia e Gestão Territorial
Diretora de Administração e Finanças (Substituta)
Diretora de Infraestrutura Geocientífica (Substituta)

Contador

Flavio Augusto de Souza Pinheiro
Contador CRC RJ-116457/O-0

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM

Relatório de revisão das informações contábeis intermediárias 3º trimestre de 2025

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

**Aos Administradores e Conselheiros da
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM**

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da **Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM** (a “Companhia”), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2025, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das demonstrações contábeis anteriores

Os valores relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 foram anteriormente auditados por nós sendo emitido um relatório datado de 13 de março de 2025, sem modificação, e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 30 de setembro de 2024 foram revisados por nós com emissão de relatório datado de 26 de dezembro de 2024, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por nós e, com base em nossa revisão, não tivemos conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi

elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 2026

NIVALDO SABURO
YAMAMOTO:8152
3165804

Assinado de forma digital
por NIVALDO SABURO
YAMAMOTO:81523165804
Dados: 2026.01.16 11:08:49
+03'00'

TBRT Auditores Independentes S/S
CRC 2SP021239/O-9
Nivaldo Saburo Yamamoto
Contador CRC 1SP195282/O-9

